

PROGRAMA DE GOVERNO DE ZÉ MARIA À PRESIDENCIA DA REPÚBLICA.



16 Propostas para construir um Brasil para os trabalhadores

Introdução

As eleições, com financiamento de empresas, tornam-se um jogo de cartas marcadas, no qual ganha quem leva os milhões destas grandes empresas, bancos e empreiteiras. Uma vez eleitos, governam para aqueles que os financiaram. O PSTU, ao contrário, não joga qualquer ilusão nesse processo. Nossas candidaturas estarão a serviço das lutas, assim como do fortalecimento de uma alternativa socialista, não só eleitoral, mas principalmente para a ação direta da classe, como as greves e mobilizações.

Isso vale tanto para a campanha eleitoral quanto para nossos eventuais mandatos. Não queremos ter parlamentares a fim de governar para os trabalhadores no parlamento. Queremos sim utilizar o parlamento para denunciar esse sistema, defender e fortalecer as lutas. Nossa estratégia não é governar para os trabalhadores, mas levar os próprios trabalhadores ao poder, para que governem por si próprios através de suas organizações.

Por isso os nossos parlamentares são diferentes. Rejeitam os altos salários e privilégios do parlamento. Nossos vereadores em Natal e Belém, Amanda Gurgel e Cleber Rabelo, por exemplo, vivem com os mesmos salários que viviam antes de serem eleitos. Defendemos que todos os parlamentares recebam o salário equivalente ao de um operário qualificado e que seus mandatos possam ser revogados a qualquer momento. Ou seja, se algum político prometeu algo e, uma vez eleito, fez outra coisa, a população deve ter o direito de tirar o seu mandato.

Nossa campanha, enfim, defenderá outro projeto de país, rompendo com o predomínio das multinacionais e dos bancos. Um Brasil para os trabalhadores, construído nas ruas, nas lutas e nas greves, e para isso apresentamos 16 propostas.

Propostas de campanha:

1. Romper com a dívida pública

O Governo Federal gasta anualmente quase metade de todo o seu Orçamento no pagamento da dívida pública. Segundo a Auditoria Cidadã da Dívida, em 2014 o pagamento de juros e amortizações (pagamento de parcelas) da dívida (interna e externa) consumirá 42% de todo o orçamento. Ou seja, de tudo o que o governo arrecada em impostos, quase metade vai para os bolsos dos banqueiros e investidores internacionais. O mecanismo da dívida é um dos principais instrumentos de submissão do país ao capital financeiro internacional. Só rompendo com a dívida pública teremos recursos para investir em saúde, educação e transporte público.

Os grandes bancos internacionais também lucram com as altas taxas de juros oferecidas pelo governo, uma das mais altas do mundo. Isso atrai capital especulativo (os recursos dos bancos e fundos de investimento que entram no país só para se beneficiar desses juros), que engorda aqui antes de ir embora. Isso é uma forma de drenar os recursos do país. O sistema financeiro, ou seja, os bancos, públicos e privados, também servem para transferir os recursos da população através das taxas de juros escorchantes praticadas aqui, para os grandes banqueiros. A festa do crédito barato dos últimos anos se mostrou uma verdadeira armadilha, e agora o nível de endividamento das famílias chegou a inéditos 45%. No Brasil de Dilma e Lula, os bancos lucraram mais que qualquer outro setor.

2. Estatização do sistema financeiro

É necessário estatizar todo o sistema financeiro, acabando com a farra dos bancos que lucram ao custo do endividamento dos mais pobres. Seria possível, assim, acabar com os juros escorchantes, ter o controle de capitais externos e impedir a fuga do capital especulativo, assim como a remessa de lucros das grandes multinacionais.

3. Anulação do Leilão do Pré-Sal

O governo do PT não manteve apenas o pagamento da dívida pública aos grandes agiotas internacionais. Uma das marcas do governo FHC, as privatizações, foram aprofundadas pelo governo petista. Em outubro de 2013, o governo Dilma iniciou a privatização do Pré-Sal, entregando o megacampo de Libra a preço de banana às transnacionais do petróleo. A desnacionalização do petróleo brasileiro se dá juntamente com o processo de privatização da Petrobrás. O PSTU defende a anulação do leilão do Pré-Sal e de todos os campos entregues às multinacionais, a volta do monopólio estatal e a Petrobras 100% estatal.

4. Anulação de todas as privatizações

Defendemos a anulação de todas as privatizações levadas a cabo durante os últimos governos neoliberais. Marca desse processo de desnacionalização e entrega do patrimônio nacional ao capital privado e estrangeiro foi FHC, que entregou empresas até então verdadeiros símbolos nacionais, como a Vale do Rio Doce, vendida a um preço bem abaixo de seu real valor em 1997. Defendemos a reestatização dessas empresas, sem indenização, para que possam servir aos interesses do país e da grande maioria da população.

5. Aumento geral dos salários e congelamento dos preços

A inflação corrói os salários dos trabalhadores. O aumento dos preços, sobretudo dos alimentos, atinge principalmente os mais pobres. A inflação funciona, na prática, como uma redução salarial por parte dos patrões, uma espécie de confisco de parte dos salários dos trabalhadores através do preço dos produtos. Não é, como afirma o governo e boa parte da imprensa, produto do clima, mas uma forma de aumentar os lucros das empresas. Para enfrentar a inflação, defendemos aumento geral dos salários e o congelamento dos preços dos produtos.

6. Reforma agrária

Uma verdadeira reforma agrária, que se encontra paralisada no governo Dilma, poderia também garantir alimentos para a população a um preço mais barato, além de garantir terra aos sem-terras. Para isso, é preciso enfrentar o latifúndio agroexportador.

7. Redução da Jornada de Trabalho

Os anos de crescimento econômico do governo PT poderiam ter sido utilizados para erradicar completamente o desemprego nesse país. No entanto, a quase totalidade dos novos empregos criados nos últimos 10 anos são os empregos com os salários mais baixos e precarizados. Os trabalhadores de setores como a indústria, por exemplo, sofrem com jornadas extenuantes e o aumento das horas extras. Reduzindo a jornada de trabalho das atuais 44h para 36h semanais, sem redução nos salários, daria para abrir novos postos de trabalho e melhorar as condições de trabalho dos já empregados.

8. Fim do Fator Previdenciário

O fator previdenciário foi uma medida nefasta aprovada por FHC em 1998 que reduz as aposentadorias daqueles que se aposentam por tempo de serviço. Foi uma reforma previdenciária para liberar mais recursos para o pagamento da dívida. Em 2009 o Congresso, após uma intensa mobilização dos trabalhadores e aposentados, aprovou o fim da medida, mas Lula vetou. Lutamos pelo fim do fator previdenciário e o aumento das aposentadorias.

9. Estatização dos transportes

O principal problema que desatou as Jornadas de Junho foi o caos e a precarização do transporte público que, além de ser um dos mais caros do mundo, submete a grande maioria da população e os trabalhadores a um inferno diário. Isso é causado pela lógica privada do serviço, que beneficia os lucros das grandes concessionárias. Só um transporte estatal, sob controle dos trabalhadores, pode garantir um serviço barato, a preço de custo, e de qualidade. Exigimos ainda 2% do PIB em investimentos no setor que, segundo os movimentos sociais, seria suficiente para expandir o sistema de transporte, beneficiando o sistema metroferroviário, mais barato e eficiente que o rodoviário.

10. 10% do PIB para a Educação

Outras reivindicações que levaram milhões às ruas em junho do ano passado foram Saúde e Educação. Lutamos por 10% do PIB para a Educação já, e não em 10 anos como prevê o Plano Nacional de Educação do governo.

11. 10% do PIB para a Saúde

A saúde pública definha no país. Existe hoje um duplo processo de precarização e privatização dos serviços, expressão da falta de investimentos públicos no setor. Em geral, o país gasta apenas o equivalente a 3,5% do PIB com Saúde, sendo que o mínimo necessário para um serviço público universalizado seria o dobro disso, ou 6% do PIB. Defendemos a aplicação de 10% do PIB para a Saúde já, cujos recursos poderiam vir do pagamento da dívida pública.

12. Plano de obras públicas para resolver o problema da moradia e emprego

O país viveu nos últimos anos um verdadeiro boom imobiliário. Nunca as empreiteiras e construtoras lucraram tanto. Mesmo assim, persiste o dramático déficit habitacional, em algo como 7 milhões de moradias. Defendemos um plano de obras públicas para a construção de moradias que possa ao mesmo tempo avançar na questão de desemprego e na falta de habitações dignas à população mais pobre.

13. Saneamento básico para todos

Em pleno século XXI, o país tem regiões sem saneamento básico. Na região Norte, somente 13% das cidades contam com redes de esgoto. No Pará, só 6,3% das cidades contam com o serviço. Isso se reflete em inúmeros problemas de saúde e mortalidade, sobretudo infantil. É preciso investimento maciço em saneamento básico para todos.

14. Salário igual para trabalho igual

As mulheres representam metade da classe trabalhadora no país. Mesmo assim, amargam piores salários, reflexo do machismo que predomina em nossa sociedade. Em 2012, para cada R\$ 100 recebidos pelos homens, as mulheres receberam, em média, R\$ 73. Exigimos salário igual para trabalho igual. Além disso, políticas públicas para as mulheres e de combate ao machismo, como a aplicação da Lei Maria da Penha, construção de casas abrigo e descriminalização do aborto.

15. Combate ao racismo

A população negra é a que mais sofre a exploração e a opressão em nossa sociedade. São os que recebem os menores salários e a violência genocida da Polícia Militar nas periferias. Herança do período da escravidão que não foi superado, o Brasil é, ao contrário do que diz o mito da democracia racial, um país racista. O PSTU se orgulha de ter feito parte da história do movimento negro no Brasil e entende que a luta contra o racismo é uma luta de raça e classe. O PSTU defende uma política de combate ao racismo e de compensação ao povo negro, como a ampliação do sistema de cotas nas universidades e serviços públicos.

16. Não à criminalização dos movimentos sociais, desmilitarização da PM

O país vive uma conjuntura de aumento das lutas e greves. Os governos, a Justiça e a polícia, no entanto, enfrentam essas mobilizações com criminalização e repressão. Em todo o país, milhares de ativistas foram detidos e centenas estão sendo indiciados. Não à criminalização! Lutar não é crime! Defendemos também a desmilitarização da Polícia Militar e a conformação de uma polícia unificada, civil, controlada pela população.

Zé Maria - candidato à Presidente.

Claudia Durans - candidata a Vice-Presidente.